

A hipótese não repressiva: ditadura militar e produção de subjetividades

The non-repressive hypothesis: military dictatorship and production of
subjectivities

Lucas Donhauser; Danichi Hausen Mizoguchi

Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO:

O presente artigo busca discutir o período concernente à ditadura militar brasileira tomando como chave de leitura as considerações do filósofo Michel Foucault acerca do poder em seu caráter positivo, portanto, produtivo. Longe de negar tanto a perspectiva repressiva quanto efeitos mortificantes, o que pretendemos é ampliar a discussão precisamente no ponto que pouco tem sido abordado: a produção de subjetividades. Nesse sentido, analisaremos o modo como os saberes médico e psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria), cumpriram um papel central não só na produção de subjetividades no período militar, mas também deram sustentação ao regime ditatorial, através da montagem de um dispositivo que chamamos de dispositivo biomilitar.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Brasil; Produção de subjetividade.

ABSTRACT:

This article seeks to discuss the period concerning the Brazilian military dictatorship, taking as a key to reading the considerations of the philosopher Michel Foucault about power in its positive, therefore, productive character. Far from denying both the repressive perspective and the mortifying effects, what we intend is to expand the discussion precisely on the point that has rarely been addressed: the production of subjectivities. In this sense, we will analyze the way in which medical and psy knowledge (psychology, psychoanalysis and psychiatry) played a central role not only in the production of subjectivities in the military period, but also gave support to the dictatorial regime, through the assembly of a device that we call of biomilitary device.

Keywords: Military Dictatorship; Power; Brazil; Production of subjectivity.

DOI: 10.12957/mnemosine.2023.85811

INTRODUÇÃO

Quando colocamos em questão a ditadura militar brasileira, o que comumente se evidencia é um certo consenso de que se trata de um período repressivo de nossa história, e de um poder que se exercia do centro às margens em termos de uma hierarquização – esse centro de poder, o Estado; ali se poderia localizá-lo. À medida em que os fluxos cada vez mais desterritorializados ameaçavam a coesão interna do socius – e da máquina capitalística –, a

principal tarefa dos militares teria sido a de impedir, via Estado (centro de poder), que essa proliferação persistisse. Assim, pôde-se pensar, em um primeiro momento, que o regime militar lançou mão de um aparato repressivo: restringir a circulação, bloquear, suprimir as liberdades, silenciar, exilar, prender, torturar, matar.

Isso tudo é verdadeiro, certamente, mas não haveria, talvez, algo mais sutil e que se desdobraria aquém desses procedimentos? No caso brasileiro, seria possível retomarmos o período de vinte e um anos que atravessamos sob o regime militar a partir de uma outra perspectiva que, distante de negar a repressão, ampliaria o debate e colocaria o caráter produtivo do poder como central? De saída, queremos dizer que tal pretensão de modo algum quer deslegitimar ou mesmo diminuir as histórias de lutas, nem mesmo apagar a memória daqueles que tombaram durante o regime militar sem ter a oportunidade de ver nascer dias melhores.

É ponto pacífico que a ditadura agiu de forma repressiva e violenta, e não há motivo para duvidar disso: mais de vinte mil pessoas foram torturadas; entre mortos e desaparecidos políticos no Brasil e no exterior, a Comissão Nacional da Verdade reconheceu, em 2014, o número de 434 vitimados entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Os integrantes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), por sua vez, falam em 475; durante o regime, mais de oito mil indígenas perderam suas vidas em massacres, remoções forçadas, torturas, contágio por doenças infecciosas, enfim, perderam suas vidas em decorrência de uma política de extermínio; em 1998, o Movimento da Luta Antimanicomial (CARRANO, 2004) denunciou a existência de trinta mil covas em cemitérios psiquiátricos clandestinos, todas elas com cinco ou seis esqueletos. Não temos dúvidas, portanto, de que os assassinatos de opositores e daqueles indesejados pelo regime passam da casa dos milhares e estão à margem das contagens oficiais.

Mas temos razões para crer que o regime fez funcionar ao mesmo tempo que a repressão, um determinado modo de produção de subjetividade. É esse o fio que queremos acompanhar. Nesse caso, a repressão seria um dos elementos de um sistema de outra natureza que não fundamentalmente repressiva, e que funcionou incitando e proliferando discursos; as técnicas de confissão, isto é, o fazer falar, foram tão importantes quanto o fazer calar, e o poder, nesse sentido, muito mais uma força que se espalhava pelo campo social, entrelaçando-se aos corpos, controlando as populações.

A verdade é que não basta tão-somente reprimir e silenciar, mas antes lançar mão de estratégias e procedimentos que tenham por finalidade primeiramente a produção de subjetividade por meio do caráter positivo do poder. Nesse sentido, seguimos a tese de Foucault em relação ao dispositivo de sexualidade e, sendo assim, somos convocados a entender o

período ditatorial em uma ultrapassagem da caricatura militar, tanto em termos do poder localizado e centralizado, quanto em termos unicamente de uma força repressiva. Nos cabe então retomar a hipótese de Michel Foucault, estabelecendo uma diferença entre poder, estados de dominação e violência, para situar, na diagramática política e social do período militar, a emergência de um dispositivo biomilitar e o seu funcionamento na articulação com determinadas disciplinas como a medicina, a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise.

RETOMANDO FOUCAULT

Em 1976 será publicado o primeiro volume de *História da sexualidade: a vontade de saber*. Nele, Foucault (2020) apresentará, em um primeiro momento, a hipótese repressiva da sexualidade, hipótese essa que conceberá o sexo como algo a ser vigiado, contido, reprimido, encerrado no interior de cada casa, no íntimo de cada família, autorizado por quem de direito: os pais. A repressão tornada reguladora e ordenadora da sociedade. É ali que se encontraria o poder.

Sob essa perspectiva, a repressão teria seu apogeu precisamente no século XVIII, nesse novo mundo onde a exploração da força de trabalho seria a matéria-prima do capitalismo e sob a qual dissipá-la na sexualidade seria já um problema e um entrave, devendo, portanto, ser reduzida ao mínimo possível, isto é, à reprodução da prole. Até mesmo a resistência política a esse sistema repressor viria a ser colocado da seguinte maneira: quanto mais se reprime, mais se deve falar, pois é aí, no ato da fala, na confissão, que se forjará um ethos combativo, transgressivo, libertador, aquém e além dos tentáculos da repressão.

Mas o que intriga Foucault não é propriamente o problema da repressão, e por isso, depois de apresentar a hipótese repressiva, ela é contestada. Para ele, trata-se de afirmar que a repressão, a censura, ocupam um lugar menor nessa trama histórica, e devemos nos perguntar, antes, por que dizemos, com tanta paixão e tanto rancor, do nosso passado e do nosso presente, e contra nós mesmo, que fomos e somos reprimidos. O que o filósofo sustentará, portanto, é que nos últimos três séculos, o que se pôde ver não foi propriamente o estabelecimento de uma ordem repressiva em torno do sexo, mas alguma coisa que se colocou aquém dessa ordem: uma verdadeira incitação e excitação discursiva, uma furiosa incitação e excitação confessional.

Foucault mostra como, desde a Idade Média, a Igreja colocou o sexo, e a sua confissão, no cerne da ordem dos poderes civis e religiosos – até os nossos dias. Tudo deverá ser expiado e confessado. Eis o poder pastoral: prática de confissão e da direção espiritual, onde o sexo será dito com prudência. Em um primeiro momento, a confissão propriamente dita da carne; depois,

o deslocamento às suas correlações, aos seus efeitos: os desejos, os pensamentos, os gestos, os sonhos etc. Não mais a obrigação de confessar as infrações às leis do sexo, mas de dizer a si e a outrem tudo aquilo que tem relação com o sexo, seja por meio do corpo ou da alma. É a colocação do sexo em discurso; fazer de todo desejo um discurso, forma mais antiga do que se possa parecer.

E se em um momento o discurso sobre a sexualidade pertenceu ao poder pastoral, pouco a pouco ele vai sendo deslocado para outros domínios: a medicina e a psiquiatria. Cada vez mais a medicina e a psiquiatria, a partir do século XVIII e XIX, passarão a se interessar pelo sexo. Nesse sentido, a sexualidade passa de um exercício individual, reservado, para estar enredada em uma trama complexa que envolve um conjunto de saberes e instituições: a família, a polícia, o juiz, o médico, o psicólogo, o psiquiatra, o Estado; uma trama que se estende por toda superfície social e que vai dar consistência a essa superfície. O sujeito, no Ocidente, se tornará cada vez mais um animal confessional (FOUCAULT, 2020).

Ali está a vontade de saber: registrar, classificar, distribuir o discurso, fazê-lo circular. Uma verdadeira economia política do discurso verdadeiro sobre o sexo, penetrando as instituições, a arquitetura, os corpos, a história, as ciências. Construção, ao redor do sexo, de um imenso aparelho de produção de verdade. Uma vontade de saber e as relações de poder incidindo na mais absoluta tranquilidade mundana, sutilmente presente em nossos hábitos cotidianos, tornados tão naturais e autômatos quanto o movimento das pálpebras ou a contração e expansão dos pulmões. Um anátomo-poder – um poder sobre os corpos em termos de subjetivação –, e um biopoder – um poder que se exercerá sobre as populações em termos de controle populacional.

O sexo vai ser produzido como objeto de verdade, do qual se poderá dizer a verdade do sexo: *scientia sexualis*. E é nesse procedimento de submeter o sexo a uma vontade de saber, que se pôde organizar e distribuir sobre o campo social e sob os corpos as linhas de estratificação e divisão entre o certo e o errado, bom e mau, lícito e ilícito, normal e patológico, e, portanto, introduzir a falta: sexualidade incompleta, desviada, periférica, marginal, que deverá ser corrigida, medicada, internada, tratada, submetida ao eletrochoque, ao castigo, à readequação. Intrigante procedimento que buscará identificar o sexo não legítimo e no qual o sujeito do sexo legítimo se constituirá.

O que Foucault diagnostica e apresenta no primeiro volume de *História da sexualidade* é que fora dessa malha, um tanto assustadora e da qual somos agidos e coagentes, não será mais possível qualquer resistência. Daí a frase tão célebre: onde há poder há, também, resistência. É talvez esse o ponto mal compreendido pela crítica, qual seja, o de pensar o poder fora do

domínio da interdição, da coerção, do privado e da representação. Na reformulação da noção de poder, o seu exercício passa a ser entendido como uma ação sobre as ações dos outros, e que por isso mesmo podemos encontrá-lo em toda parte. E não foram poucas as contestações a sua leitura, pois se o poder perpassa todo campo social, então não haveria mais espaço para a liberdade – o que na verdade é justo o contrário, isto é, por haver relações de poder em todas as esferas da vida que há efetivamente o exercício da liberdade.

Se as relações de poder só podem efetivamente se dar na medida em que há liberdade – e por isso essas relações são sempre móveis, reversíveis e instáveis –, como pensar então os momentos em que essa liberdade parece estar parcial ou totalmente suprimida? Como aceitar essa noção de poder, uma vez que a liberdade seria a condição para a reversão do modo como as relações vão sendo tecidas e significadas, quando o que está em jogo são as práticas de tortura? Será preciso, para conseguirmos colocar o problema do caráter positivo do poder no que se refere ao período militar brasileiro, fazer uma distinção entre as relações de poder, os estados de dominação e o exercício da violência; distinção que implica um salto de 1976, quando o primeiro volume de *História da sexualidade* vem a público, para dois momentos seguintes. Nos referimos ao texto “O sujeito e o poder”, escrito por Foucault em 1982 para a revista *Critical Inquiry*, da Universidade de Chicago, e que compõe o livro “Foucault, uma trajetória filosófica”; e a uma entrevista que compõe o volume V da coleção *Ditos e escritos*, concedida em janeiro de 1984, intitulada “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”.

Como vimos, as relações de poder são sempre móveis, reversíveis e instáveis, percorrem todo campo social, e sendo assim, onde há poder há, também, liberdade. No estado de dominação, por outro lado, o que predomina é a impossibilidade da reversão de certos estados de coisas, de certas significações; é onde se formam certas estruturas. Nesse caso também há relação de poder, porém, elas estão de tal modo cristalizadas que as resistências não são capazes de operar uma reversão dos efeitos produzidos. É o exemplo da estrutura ou instituição conjugal dos séculos XVIII e XIX. Ali não havia somente o poder do homem, “a mulher podia fazer uma porção de coisas: enganá-lo, surrupiar-lhe o dinheiro, recusar-se sexualmente. Ela se mantinha, entretanto, em um estado de dominação, já que tudo isso não passava finalmente de um certo número de astúcias que jamais chegava a inverter a situação” (FOUCAULT, 2017: 271). Haveria uma dissimetria das relações, a liberdade seria extremamente limitada, limitando assim a capacidade de ação. São também exemplo de estados de dominação as prisões e os manicômios.

A terceira distinção refere-se ao exercício da violência: onde não houver relação de poder, não haverá liberdade. A condição que suprime a possibilidade total de ação do outro, como no

caso da tortura, não é outra coisa a não ser o exercício da violência. “Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder” (FOUCAULT, 2017: 270). A esse respeito, Foucault dá o exemplo da escravidão: “Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar” (FOUCAULT, 1995: 244).

É aqui, acreditamos, que deva ser situada a análise sobre o período da ditadura militar: entre as relações de poder e os estados de dominação, embora a repressão e o exercício da violência foram fundamentais para o regime – e são fundamentais para as análises do período –, pois foi através de toda uma tecnologia de tortura, de toda uma ciência, que se pôde extrair confissões, reduzir o corpo à condição de coisa, de objeto, tirar-lhe sua dignidade, seu estatuto de cidadão, suprimir sua liberdade, cindi-lo em corpo e alma, aniquilá-lo física e emocionalmente.

A ameaça produzida

Como ponto de partida, retomamos uma leitura muito singular do período brasileiro que vai das décadas de 1960 até 1980, e que tem se colocado como linha mestra do problema que fora anteriormente enunciado. Referimo-nos ao livro *Guardiães da ordem*, de Cecília Coimbra (1995), que busca situar e pensar os acontecimentos históricos na articulação com os saberes e práticas psi.

O problema ali perseguido refere-se ao modo como serão engendrados os processos de subjetivação no período que ficará conhecido, também, como “milagre econômico”; quais as relações se estabelecerão entre ditadura militar e produção de subjetividade, ou melhor, que subjetividades estão emergindo no período da ditadura militar e como isso se conecta ao modo de produção e reprodução do capitalismo. Embora em alguns momentos a noção de poder pareça passar por uma leitura estritamente centrada no Estado, de poder ser ali localizado, há outros em que essa leitura se abre para um modo reticular e horizontal, como se houvesse um duplo entendimento, assinalando – e é isso que tem nos interessado – o exercício do poder por meio de práticas descentralizadas do aparato de Estado propriamente dito e também da repressão.

Mais uma vez, não nos interessa mantermos uma posição antagônica em relação às leituras do período que dão ênfase a uma concepção do poder ligada ao Estado e a repressão, e

antes de avançarmos em nossas análises da relação saber-poder no período militar, partindo das contribuições de Michel Foucault, é preciso fazermos uma breve contextualização dos antecedentes do golpe e dos seus desdobramentos posteriores.

Em 1962 a economia brasileira passava por crises e recessões, e uma grande instabilidade política toma conta do país desde que Jânio Quadros, um ano antes, renunciara ao cargo de presidente da República, vindo a assumir seu vice, João Goulart, não muito bem-quisto pelos militares e pelas elites. Esse é também o período da modernização do Brasil e surgimento, que começa a acontecer a partir do governo Juscelino Kubitschek, de uma nova classe média urbana que buscava encontrar, no projeto de industrialização e urbanização, terreno profícuo para sua ascensão econômica e social.

Somado à recessão, a ameaça comunista, que passou a ser enxertada através de campanhas desde a década de 1950, é outro perigo, talvez o mais terrível deles – antes e depois do golpe, a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, juntamente com a Igreja Católica, denunciarão a comunização e exigirão um governo forte; era preciso estar atento à família, à propriedade privada, aos valores cristãos. O golpe que, anos antes, nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, havia fracassado, ocorrerá em 1964 como medida de contenção e resolução tanto dos problemas econômicos que haviam se agravado, quanto da terrível ameaça comunista – e veremos o que implicava tal ameaça.

As Forças Armadas ocuparão o Estado, e com um objetivo preciso: muito mais que estabelecer uma hierarquia de comando e de preocupar-se com a ordem e a disciplina, o Estado e as Forças Armadas serão pontos específicos, mas não menos importantes, na trama do poder. E embora a hierarquia militar esteja presente em termos de uma organização interna, por outro lado, em termos de uma organização externa, ela recobre a geografia brasileira de modo reticular; há uma verticalidade interna e uma horizontalidade externa que permite, naquele momento, uma intervenção rápida em qualquer lugar de qualquer foco insurgente.

Os focos insurgentes não diziam respeito somente à luta armada. Uma série de movimentos contraculturais não menos perigosos pululavam mundo afora, e aqui não seria diferente – podemos citar o movimento tropicalista, que será precursor de uma série de transformações na música popular brasileira, nas artes plásticas, no cinema, teatro, literatura etc. Desejava-se alguma outra coisa em termos de uma nova estética e política, uma experimentação outra de vida e de percepção de mundo – a experimentação-droga e a alteração das coordenadas perceptivas. Contestava-se a sexualidade e a monogamia; as relações pais e filhos e a posição de autoridade do patriarca em relação aos filhos e esposa; a reprodução e o direito ao aborto, o uso do anticoncepcional; fazia-se a crítica à religião, vista como “ópio do

povo”, e ao triângulo Deus, Pátria, Família; a moda contestava os padrões de vestimenta com o surgimento do biquíni e da minissaia.

Em suma, são modos de subjetivação insurgentes que, em maior ou menor grau, causavam pavor à ordem estabelecida e ao regime capitalista – a máquina não estaria preparada, naquele momento, para gerir as quantidades desejantes que começavam proliferar pelo campo social e a fragmentar a coesão subjetiva e social existente. Toda uma transformação está em curso no ocidente, especialmente na década de 1960, e no Brasil não seria diferente.

Com tais tensionamentos, as questões que passam a ser colocadas pelo regime são: “por que os filhos da classe média, da pequena burguesia, que têm tudo para ascender socialmente e se tornarem, inclusive, ideólogos do capitalismo, estão indo para o caminho da contestação a este sistema? Por que se tornam ‘terroristas’, negando suas origens de classe?” (COIMBRA, 1995: 198). Já não era suficiente dar as condições materiais e econômicas para que pudessem figurar como nova burguesia brasileira, arauto do progresso; era uma juventude que questionava lá onde ninguém poderia dar-lhes respostas e ocupava uma zona perigosa, onde a certeza e a segurança perdiam sua legitimidade.

Essa mudança geracional emplaca uma crise da subjetividade e precipita uma fragmentação dos modos hegemônicos de subjetivação; fragmentação de uma unidade bem disposta e bem distribuída e um risco não só aos valores cristãos, não só à casta à qual se pertence, mas, principalmente, ao próprio funcionamento da máquina capitalística que, como dissemos, não possuía a capacidade para absorver e acomodar toda força desterritorializante (DELEUZE; GUATTARI, 2012), e por isso marginal, para o interior do seu próprio funcionamento.

O perfil da militância que passa a preocupar o regime militar, sobretudo os movimentos de resistência armada, será aquele formado em grande parte por jovens de classe média e classe média alta, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5, conhecido como AI-5. É interessante assinalar que essa juventude teria tudo para ser a nova vanguarda do progresso que a política desenvolvimentista do regime militar projetava. Era a essa expectativa que a juventude classe média deveria corresponder.

Diferentemente do que se possa imaginar, a ditadura, em um primeiro momento, de 1964 a 1969, praticamente não intervirá nas produções teóricas e culturais, hegemonicamente sob o domínio da esquerda – “nunca se leu tanto como nesses anos. Há, em 1968, um verdadeiro boom editorial, e tanto Marx, Mao, Guevara, Debray, Lukács, Gramsci, como Marcuse e Norman Mailer são devorados” (COIMBRA, 1995: 13) –, muito embora, por outro lado, controlasse a circulação de determinadas produções, distribuindo-as por uma rede que envolvia

o teatro e o cinema, espaços poucos acessíveis às camadas populares. Esse é também o período dos festivais de música popular brasileira, transmitidos pela TV Record; tudo isso formando um enorme caldeirão prestes a explodir.

No ano de 1968, ano do assassinato do estudante secundarista Edson Luiz e da passeata dos 100 mil em protesto a sua morte, será decretado o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, o mais duro dos dezessete Atos Institucionais, que cassou os direitos políticos daqueles considerados subversivos e inimigos da nação, fechou o Congresso Nacional, suspendeu o direito de habeas corpus, instituiu a censura prévia de toda produção cultural que fosse considerada subversiva.

Os partidos serão extintos e apenas dois estarão na legalidade: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Todos os demais serão integrados a esses dois, e aqueles que quisessem permanecer como Partido só poderiam na ilegalidade. Foi o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que resistia na ilegalidade desde 1947. Mais do que um ato repressivo, essa é uma estratégia que permite a circulação do discurso sobre a ameaça comunista; será preciso que aquele, envolvido com o Partido posto na ilegalidade, fale, confesse.

Quanto mais o poder incidia sobre os corpos, com mais eficiência produzia tanto o patriota, o brasileiro que ama sua pátria e que estaria disposto a embarcar na jornada pelo progresso da nação através dos seus esforços individuais, quanto o inimigo que se opõe à nação e ao seu progresso, e por isso mesmo deveria deixá-la ou morrer. Não é por acaso que o emblema do período será: Brasil, ame ou deixe-o.

Nesse momento da história brasileira, a subversão passa a ser objeto das ciências médica e psi (psiquiatria, psicanálise e psicologia); uma aliança entre regime militar e ciência está em vias de se estabelecer, alterando o modo como o elemento subversivo será encarado. A partir da década de 1970, os movimentos de resistência serão enfraquecidos, e muitos aniquilados em decorrência dessa nova relação que está se dando entre, por um lado, todo um aparato de informação e contrainformação (o papel fundamental do Serviço Nacional de Informações), e por outro, os saberes médico e psi.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, “tinha como atribuição articular e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação que interessavam à segurança nacional, e seu comandante exercia prerrogativas de ministro de Estado” (BRASIL, 2014: 117). Ele vai estar conectado, mas sem estabelecer uma hierarquia de comando, com as Forças Armadas e seus centros de informações e contrainformações – Exército (CIE), criado em 1967; Aeronáutica (CISA), criado em 1969; Marinha (CENIMAR), criada em 1947 e reorganizado em 1955 e 1971 –, com os governos

estaduais e municipais, as polícias militar, civil e federal, Corpo de Bombeiros, empresas privadas e grupos paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e a sociedade civil como um todo. O SNI formará uma extensa e acurada rede em todo território nacional, com agências em todas as capitais, de modo a obter informações até mesmo dos círculos mais restritos, onde a fala subversiva circula de um modo mais aberto e livre, porém com muito mais cuidado e restrição.

O general de Brigada Adyr Fiúza de Castro, um dos fundadores do CIE, conta em depoimento que o SNI não fazia operações de combate e repressão contra o terrorismo, “se tomasse conhecimento [de algo que necessitasse operação], passaria para o órgão correspondente”; as operações que efetuava consistia em “penetrações em edifícios para capturar documentos, escuta telefônica, censura postal, isso ele tinha” (CASTRO, 1994: 45). Mas a versão do general deve ser considerada parcialmente, uma vez que os agentes treinados pelo SNI também faziam operações de acompanhamento de alvos: “Apostila de 20 páginas ensinava ao agente do SNI a vigiar o alvo suspeito. ‘Vigilância é um processo de observação de pessoas, objetos e locais, com a finalidade de se obter informes’” (BAFFA, 1989: 26). Havia toda uma mobilização, com o objetivo de se envolver, fazer parte se possível como integrante, instigar a falar, em suma, monitorar os alvos, produzir o máximo de informações, reportar. “Jamais o agente poderia apresentar caracteres distintivos e dele também eram exigidas resistências à fadiga, capacidade de memorização, fluência verbal, imaginação criadora, paciência e traços afins”; em atuação, “o secreta do SNI não deveria olhar nos olhos do alvo, andar de maneira suspeita, correr, esquecer distância conveniente, distrair-se. Não deveria cumprimentar colegas, expor armas, usar disfarces anormal ou exagerado” (BAFFA, 1989: 26).

O SNI possuía um número expressivo de divisões, ou “seção”, como eram chamadas: “informação estratégica, informação corrente (informação do que se passava), informação científica... Enfim, todos os tipos, porque o nosso serviço abrangia todos os campos de conhecimento humano. O governo necessitava de informações” (PINHEIRO, 1994: 131). E vai ser em 1972, no governo Médici, que será criada a Escola Nacional de Informações, pelo general Enio dos Santos Pinheiro, com o objetivo de sofisticar a atuação dos agentes; para que houvesse êxito, não bastava o treinamento, era preciso selecionar o perfil específico do especialista em informação, “e tínhamos psicólogas, moças que nós sabíamos quem eram. Para entrar na Escola, era preciso fazer exame psicotécnico, psicológico, porque nós queríamos conhecer o perfil do homem brasileiro de informação, que não era o mesmo do americano” (PINHEIRO, 1994: 136).

O SNI, preocupado com o discurso subversivo e com a defesa nacional, não cansou de registrar em calhamaços e mais calhamaços de relatórios, com enorme precisão e detalhes, cada fala, cada material clandestino encontrado, panfleto apreendido etc. – e embora não perdesse tempo em dar cabo dos vestígios desses materiais quando a redemocratização se aproximava, o que restou, e não foi pouca coisa, vai servir para mostrar como se constituía e funcionava essa complexa maquinaria. Toda essa complexa rede de informações e contrainformações produziu, conseqüentemente, o registro histórico que permitiu aos restos da história, em partes, permanecer vivo, situação que talvez não ocorresse caso houvesse tanto rigor para destruí-los quanto se teve para produzi-los.

Não é que a circulação do discurso será impedida, barrada; isso acontecia, é verdade, mas há um outro aspecto extremamente importante do período militar que consistia em infiltrar agentes, acompanhar as movimentações dos subversivos, incitá-los a falar, registrar cada passo, o número de pessoas que formam o grupo e o nome de cada um, seus codinomes, como a rede se organiza, quem são os contatos de outros grupos, quais os horários de maior atuação, os lugares de encontro, a função que cada um exerce; produção de relatórios, organização de mapas, deslocamento de equipes, controle; as prisões e detenções em massa – estas, absolutamente necessárias, pois não basta acusar de ser um subversivo, de ser uma ameaça, é preciso submeter cada um a um efeito de subjetivação, fazer a passagem da condição de cidadão para a condição de subversivo, de inimigo. Nesse sentido, as prisões, detenções e interrogatórios são menos para reprimir e muito mais para fazer falar o subversivo de saída tomado como culpado e inimigo. Há excitação e prazer nisso tudo, um gozo perverso imanente a toda essa prática.

O poder só poderá ser exercido e se capilarizar por todo campo social à medida em que se confessa, que se delata, ou que o aparato de informação e contrainformação capturar os conteúdos suspeitos: falas, gestos, atos. Os delatores, por mais estranho que possa parecer, são aqueles de quem menos se desconfia – os vizinhos, os familiares, os colegas de trabalho ou faculdade, desafetos etc. – e, nesse sentido, importa menos quem supostamente detém e exerce o poder, e mais como ele se alastra determinando a conduta dos sujeitos. Não há dúvidas de que o efeito disso tudo será a difusão de um incontornável estado paranoico: o inimigo pode ser qualquer um e igualmente o seu delator.

As organizações clandestinas, os grupos revolucionários, mantinham entre si o mínimo de contato; entre um contato e outro (o ponto), falava-se o básico, de modo codificado na maioria das vezes; usava-se codinomes, evitava-se saber e falar da família um do outro, e um esforço era feito para que ninguém soubesse o sobrenome do companheiro; isso tudo para

impedir, caso fosse capturado, que se lograsse êxito quanto à extração das informações. Nas palavras de Brilhante Ustra – aquele que no processo de impeachment de Dilma Rousseff recebeu homenagem de Jair Bolsonaro –, “quando ‘caía’ um terrorista, o tempo era precioso e a incomunicabilidade indispensável, pois, de acordo com as normas de segurança estabelecidas pelas organizações subversivas, todo o terrorista possuía uma ‘hora teto’ para retornar ao seu ‘aparelho’” (USTRA, 2016: 345).

Quando detidos, não falar era evitar que o poder pudesse ser exercido não só a si, mas a toda rede da qual se fazia parte, e quando se falava, dava-se o mínimo possível de informações, muitas delas trocadas, pistas falsas. “Por isso, o preso deveria ‘segurar’ ao máximo os seus encontros e ganhar maior tempo possível, mentindo e nos conduzindo a um ‘ponto frio’ ou a um ‘ponto de polícia’. O interrogador tinha de ser bastante hábil e inteligente para não se deixar enganar” (USTRA, 2016: 345). Submetidos a um estado de dominação e à violência, eram dois os métodos utilizados pelos presos políticos para resistir à extração da confissão: o turco e o francês.

“O primeiro consistia em negar sempre e falar o menos possível, incluindo informações falsas. O método ‘francês’, ao contrário, adotava a tática de despistamento. O preso político deveria contar muitas histórias, semear contrainformações, abrir pontos ‘frios’ e simular uma colaboração. O método ‘turco’ é mais simples e o indivíduo se contradiz menos nas perguntas subsequentes. No entanto, enraivece mais os torturadores e pode levar à morte ainda no auge do interrogatório. O método ‘francês’ finge ser um diálogo, embora possa levar a ambiguidades e contradições. Porém, tem a vantagem de propiciar interrupções durante o interrogatório e saídas para falsos encontros” (LEMOS, 2011: 208).

Aquele que não conseguia suportar as torturas e acabava por delatar seus companheiros, por vezes era tido como traidor do grupo, e quando recebido na cela com os demais, debatia-se se ele seria posto “no gelo”, isto é, excluído do círculo, não mais falar nem se dirigir a ele, ou se agir-se-ia com naturalidade.

Se por um lado temos os efeitos das práticas que têm por meta a produção do inimigo, por outro temos a emergência progressiva do seu oposto, o patriota cidadão de bem. A consequência disso é a emergência de um indivíduo que busca ascender socialmente, desligando-se de toda e qualquer discussão política. Quando muito, se aproximará dela na medida em que isso permita manter-se dela afastado, exatamente para poder ocupar-se de sua vida privada. Tal processo de produção de determinado modo de subjetivação vai ter como consequência direta e necessária a sua articulação com o capitalismo – “esse modelo de família que compra, investe, viaja, ascende socialmente é o modelo que se fortalece com o ‘milagre

brasileiro” (COIMBRA, 1995: 32). E não será por acaso que no período que mais se persegue, que mais se tortura, sequestra, assassina, é também o momento em que há uma maior efetividade dos dispositivos de informações e contrainformações e o momento em que acontecerá o “milagre econômico” brasileiro. Assim, está sendo explicitado, nesse período, de forma inequívoca, que não haverá desenvolvimento econômico sem uma alteração desejante dos modos de vida, e que essa alteração implicará uma consolidação cada vez maior do âmbito privado, lugar de refúgio contra os terrores do mundo exterior e suas influências perigosas.

O regime de saber-poder não atinge somente o elemento subversivo, e será preciso encontrar as causas para além dele próprio, isto é, na família – a família desestruturada, a família em crise. É que, para ser mais eficiente, para ser exitoso, o poder precisa ser exercido em cada canto, penetrar o íntimo das relações familiares, torná-las cúmplices do regime e responsáveis moralmente pela delinquência de seus filhos e pelo dano causado à sociedade, ao progresso, à pátria. O efeito disso, como anteposto e norma à família disfuncional, será a emergência da família funcional, que não é cúmplice e nem responsável; é a família que trabalha e busca seu lugar ao sol, que se afasta das disputas e das armadilhas do jogo político.

Trata-se de cuidar daqueles que estão saudáveis, e o especialista psi comparecerá, desde que se esteja disposto, indivíduo e família, a falar. É preciso encontrar cada qual a sua verdade, verdade essa que estará, como vimos, não do lado daquele que fala, mas precisamente daquele que escuta. A subversão torna-se, portanto, muito mais do que um problema moral de transgressão da ordem e dos valores: a religião, a família, a pátria, a propriedade privada; torna-se um problema de ordem psicopatológica, e que será preciso lançar mão de todo um conjunto de saberes para poder explicitar suas causas, fazer a distinção entre os que são passíveis de cura e os que não são, prescrever o tratamento, aumentar ou diminuir a pena etc. Tanto o subversivo mais radical – aquele que integra a luta armada – quanto o menos perigoso – aquele da contestação contracultural, do desbunde, da festividade e da extravagância – serão pegos por essa teia discursiva, considerados doentes. E embora houvesse formas de combate distintos no próprio campo da esquerda, para o regime a natureza subversiva de ambos era a mesma, o que poderia variar, nesse caso, seria o grau de periculosidade.

Então temos um deslocamento do subversivo propriamente dito para a família como um dos fatores decisivos do seu surgimento. O discurso sobre a família passa a ser cada vez maior no rádio e na televisão, tomará a cena pública; pesquisas científicas serão realizadas e comprovarão a tese, ou simplesmente a reforçarão. Por extensão, não somente o subversivo e a família serão alvos, mas toda a sociedade, e o processo se prolonga de tal maneira que se exerce, inclusive e necessariamente, sob os corpos que aparentemente não apresentariam riscos.

É importante frisarmos que não se trata de um antes e um depois, de um movimento que tende do particular ao coletivo, do individual ao social; não há primazia em relação aos termos e o exercício do saber e do poder deve ser tomado como imanente. O que ocorre é que a incidência do saber vai mistificar o caráter social do poder, tornando possível a responsabilização do sujeito e da família sobre os efeitos que são da ordem de uma complexa trama. Por isso, para além de explicitar a relação entre ditadura militar e capitalismo, produção de subjetividade e capitalismo, precisamos ser mais incisivos e dizer que foi antes pelo exercício do saber e do poder, do papel fundamental dos saberes psi, dentre eles a psicologia, que se pôde produzir as condições para que o regime militar se mantivesse por mais de vinte anos.

O poder biomilitar

O interrogatório, muito mais que um procedimento de extração da verdade, era um procedimento de produção de verdade, na carne e no espírito. Não importava, em relação à confissão, a verdade fatídica, e os procedimentos de extração de confissão eram realizados extrajudicialmente; ali encontrava-se o suporte tanto das acusações quanto da passagem do preso político, no ato de confissão, à condição de culpado. “A apostila [do SNI] sobre técnicas e processos de interrogatórios colocava o interrogado em duas situações: de culpa quase certa e de culpa incerta” (BAFFA, 1989: 39). No primeiro caso, os “emotivos e frios”, de culpa quase certa; no segundo, um suspeito talvez culpado, inocente ou de atitude neutra. Era preciso, por parte do interrogador, “ostentar sempre um ar de convicção de que era culpado. Para isso, deveria chamar a atenção do interrogado para os sintomas fisiológicos de sua culpabilidade” (BAFFA, 1989: 39). A pulsação acelerada da carótida, embora a situação de estresse e pânico por si só aumentasse a frequência cardíaca, era um sintoma que deveria ser utilizar a favor do interrogatório: “Você está tão perturbado e consciente de sua mentira que essa veia no seu pescoço parece até que vai arrebentar. Isto nunca acontece com uma pessoa que esteja dizendo a verdade, por mais nervosa que esteja” (BAFFA, 1989: 39-40). Repetia-se o mesmo procedimento com os sintomas de “secura da boca”, “impossibilidade de encarar o interrogador”, “peculiar mal-estar íntimo”, e assim por diante. E mesmo que a acusação fosse inconsistente, mesmo que não houvesse provas, in dúvida pró condenação: “O professor Guilherme é condenado, assim, a um ano de reclusão, num contexto em que a situação de dúvida era reconhecida na sentença, ao tratar dos demais artigos em que o réu fora denunciado” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985: 184). A fim de cessar as sevícias, os réus em muitas ocasiões diziam o que fosse necessário. Mas certamente que, entre a confissão e o cessar

das torturas, uma longa via crucis era percorrida. Em outros casos, assinava-se a confissão que já vinha pronta, sem nem sequer poder ou ter condições para ler o conteúdo.

Nas extrações de confissão, o uso da tortura obedecia a critérios rigorosos e contava com a participação direta de médicos e enfermeiros que assessoravam o trabalho dos carrascos. Verificar o pulso, avaliar a carne supliciada, marcar os lugares com menor risco de morte e maior eficácia em termos de produção de dor, costurar, fazer massagem quando necessário na região machucada do corpo, receitar medicamento para a dor e psicotrópicos para os surtos psicóticos e as histerias de conversão, avaliar as condições de resistência de cada subversivo, fazer ingerir relaxante muscular quando o corpo tornava-se insensível aos golpes – era preciso recuperar, ao menos um pouco, a sensibilidade –, aplicação do soro da verdade (pentotal), as injeções de adrenalina e glicose para reanimar o corpo semimorto. E também os laudos falsificados: atropelamento, suicídio, morte em tiroteio; laudos que corroboravam com a narrativa oficial.

“Alguns médicos que trabalhavam para as FFAA faziam um check-up inicial para adequar o quadro clínico do preso ao melhor tipo de tortura. Aproveitavam-se de eventuais deficiências físicas como, por exemplo, lesões cardíacas para ameaçar o prisioneiro com a possibilidade de uma parada cardíaca durante a aplicação de eletrochoques. Nos processos prolongados de suplício, auxiliavam o preso a se manter consciente com injeções de glicose, e, quando desmaiavam, aplicavam compressas de amoníaco para que recobrasse os sentidos” (LEMOS, 2011: 186).

Toda uma eficácia médica e o uso da linguagem técnica própria da psiquiatria para diagnosticar, categorizar os efeitos daquele ritual. Os exames mentais: comportamento maníaco-depressivo; ausência total de sentimento; estado confusional e impossibilidade de deambulação; estado confusional agudo; perda do senso de realidade; hiperemotividade; hipomnésia para fatos recentes; reações primitivas de regressão e conversão histérica; agorafobia; amnésia lacunar parcial; quadro depressivo reativo em remissão progressiva; ideação suicida. A avaliação médica, os exames mentais e principalmente os diagnósticos cumprem uma função prescritiva não para o diagnosticado – isso não tinha serventia nenhuma para o sujeito naquelas condições –, mas para o torturador; é uma espécie de ofício de alta patente que deve ser respeitado na hierarquia de comando e seguido à risca, “nem mesmo um superior hierárquico possuía o poder de interromper uma sessão de tortura. O médico conselheiro era o único com poder sobre os torturadores e outros militares capazes de intervir no processo” (LEMOS, 2011: 192), e isso para que a maquinaria pudesse permanecer operante. É precisamente o saber médico, os saberes psi, que determinam, de modo específico e rigoroso,

a conduta do torturador: o tempo de tortura, a cadência, os intervalos entre uma sessão e outra, as áreas de maior vulnerabilidade. Não se trata de coadjuvante do processo, mas sim dos maestros da orquestra dos horrores.

E será no período da ditadura militar que acontecerá a radicalização da cultura manicomial. No posfácio do livro *O Canto dos malditos*, de autoria de Austregésilo Carrano Bueno, em que conta suas experiências em hospitais psiquiátricos, e inspirou o filme *Bicho de sete cabeças*, fica muito evidente a relação entre a psiquiatria e o regime: “naquela época, havia 79 hospitais psiquiátricos no Brasil. Em 1985, este número aumentou para 453, sendo apenas 10% públicos, que consumiam a maior verba do país destinada à saúde, ultrapassando por anos, décadas, mais de um bilhão de dólares por ano” (CARRANO, 2004: 170).

Nas décadas de 1970, 80 e 90 ocorriam, em média, 600 mil internações por ano em hospitais psiquiátricos e cerca de 15 a 20 mil mortes por ano. O regime militar fornecia toda infraestrutura necessária ao funcionamento dos hospitais psiquiátricos enquanto a psiquiatria fornecia as condições para o diagnóstico e internação de opositores políticos. E apesar da redemocratização, a lógica manicomial continuou e continua perdurando. Trata-se de uma vontade de saber e de poder que ainda exerce uma força poderosa de desarticulação dos movimentos de luta antimanicomiais.

Não foi só no treinamento de torturadores e na participação das torturas que os saberes psi atuaram. Contribuíram, também, para o levantamento do perfil psicológico dos presos políticos através de pesquisas. A esse respeito, o torturador Brilhante Ustra conta, em um trecho de seu livro, como a psicologia servia de instrumentalização ao regime militar: “Enquanto os dias se passavam, oficiais do Exército, alguns com curso de Psicologia, iam entrevistando esses rapazes e moças. Discutiam com eles os problemas brasileiros, a subversão, o terrorismo e suas consequências” (USTRA, 1987: 273).

As pesquisas, que serão realizadas entre 1969 e 1970, a pedido do então chefe do Estado Maior do Exército, Antônio Carlos da Silva Muricy, apontarão para duas categorias de subversivos: os recuperáveis, aqueles que estariam sendo feitos de “inocentes úteis” do terrorismo internacional, que haviam sido cooptados pela ideologia comunista mas que, no fundo, não tinham muito entendimento do que estavam fazendo, nem mesmo noção das consequências que suas ações poderiam ter; a segunda categoria de subversivos, os irrecuperáveis, eram as peças-chaves, os grandes mentores, aqueles que conscientemente e

ardilosamente tramavam contra a nação, inclusive cooptando, para suas práticas subversivas, jovens inocentes, em sua maioria estudantes. As categorias apontadas pelo general já fazem parte de toda uma interpretação psicopatológica do subversivo, daquele que desvia da norma, que precisa passar por uma série de tratamentos correccionais para que se possa ajustá-lo, recuperá-lo, ressocializá-lo. O subversivo passa a ser entendido cada vez mais a partir dos saberes médico e psi.

Duas dessas pesquisas serão apresentadas por Cecília Coimbra. A primeira, no Rio de Janeiro, realizada em 1969 foi publicada no *Jornal do Brasil*, em edição de 19-20/07/1970, com o título: “Murici aponta aliciamento de jovens para o terror” (MURICY, 1970). A pesquisa aconteceu com 260 estudantes – desses, 80% eram do 1º ano do ensino superior, 15% do segundo e 5% dos demais períodos. Dentre as causas do aliciamento dos jovens estariam presentes o desajuste, o descaso dos pais em relação aos problemas enfrentados no período da adolescência, a politização do meio escolar por estudantes e professores – estes últimos, hábeis em fazer proselitismo político. A segunda pesquisa, realizada em 1970, mas apresentada na edição de 12/11/1971 do jornal *O Globo*, com o título: “Muricy: recuperar jovens que se desviaram é a grande tarefa”, contou com cerca de 500 presos políticos, e foi apresentada pelo general Muricy em conferência realizada no Palácio da Cultura aos professores cariocas, convidados pela Associação Brasileira de Educação. Esse estudo, realizado com “terroristas” presos no Rio de Janeiro, será de grande interesse para os educadores, pais e responsáveis, isso porque a família e a escola precisariam ser a trincheira contra os desvios da moral e da conduta social.

A fala inicial é um prelúdio àquilo que irá se desenrolar na matéria: entre os presos por ações ideológicas ou terroristas, a grande maioria pertence ao mundo estudantil, às classes econômicas mais favorecidas. Uma guerra ideológica travada pelo uso da força, mas, no mais das vezes, de forma muito silenciosa e muito próxima de cada um de nós, sem que, todavia, pais, professores e governantes, percebam. Um perigo ronda, sutil, quase imperceptível; é uma guerra que procura se apoiar nas massas populares, conduzida sempre por uma minoria atuante, por meio de artifícios os mais diversos, seja a propaganda ou ação de guerrilha, tangenciando um ponto crucial: a degeneração moral.

O que seria a degradação moral a que se prestaria o comunismo? O general invoca Lênin e Stálin, citando-os: “Moral comunista é tudo o que serve para destruir a antiga sociedade exploradora e para unir os trabalhadores em termos de proletariado... Não acreditamos na moral eterna”; “nossa tarefa é destruir toda espécie de religião e moral, pois para nós é moral o que é útil ao comunismo”. E continua: os comunistas agem, portanto, fora dos padrões éticos; “como

normas, a ação subversiva procura criar instabilidade e insegurança, destruir os valores morais e desorganizar a sociedade, enfraquecer o Estado antes de destruí-lo” (MURICY, 1971). A ação psicológica viria antes da subversiva e é nas mentes que o trabalho de catequese se dá, principalmente entre os jovens, sobretudo os estudantes.

Mas não é qualquer estudante, é o estudante das universidades o foco principal dos terroristas. E por quê? Trata-se de uma elite intelectual que está sendo preparada para governar nos mais variados segmentos da sociedade, e, por isso, por essa distinção primordial, está de certo modo separada do restante da massa amorfa. Seria esse um dos motivos, senão o principal, para que os jovens das universidades despertassem o interesse de seus aliciadores. “É compreensível, dessa forma, que a subversão queira ir buscar para si os que, pelo seu estatuto atual, suas qualidades culturais e pelas possibilidades intelectuais tendem a se tornar, caso possuam as condições básicas de liderança, nos verdadeiros orientadores da renovação” (MURICY, 1971).

Ora, evidentemente que, se o perfil estudantil é mais visado pelos agentes do terror, o aliciamento se dá majoritariamente nas escolas e faculdades, pelos companheiros e professores. A tática seria a de criar um clima de simpatia e amizade entre as vítimas e seus futuros dominantes. Para lograr êxito, seriam empregadas diversas formas de sedução e aliciamento, e o papel das jovens mulheres é destacado pelo general, seja através do “apelo ao sexo” ou à técnica do “namoro”. Todo artifício consistiria em quebrar os laços do jovem com a sua tradição e, ao se dar conta, já estaria envolvido em uma célula revolucionária.

Mas não é só o estudante universitário que está em perigo; o poder de aliciamento incidiria, também, sobre os secundaristas, especialmente no final dos cursos preparatórios para o vestibular. E mais, o inimigo é difuso, pode estar em qualquer lugar e necessita de uma constante vigilância. Nenhum lugar é seguro e qualquer um é um agente subversivo em potencial.

Depois de uma exposição minuciosa sobre o ardil subversivo, o general apresenta os dados da pesquisa com os presos políticos à disposição do exército que, nesse período, eram pouco mais de 500. Uma das primeiras constatações apresentadas ao público atento é que, além de pertencentes à classe média alta, “praticamente não existiam pretos entre os presos” (MURICY, 1971). Podemos nos questionar se seria realmente verdade a constatação sobre o perfil padrão do subversivo descrito por Muricy de que praticamente não existiam pretos entre os presos políticos – a sua fala em certo sentido leva a crer nisso. Se trata menos da verdade fatídica e mais do efeito pretendido. A fala pública de Muricy busca produzir um efeito sobre o público, e revela a preocupação do regime militar com a classe média branca, os verdadeiros

“orientadores da renovação”. A posição do regime será então a seguinte: é preciso proteger e recuperar o jovem, a elite futuro da nação. A ameaça comunista e o inimigo são difusos, figuras um tanto abstratas, mas o objetivo pretendido da subversão estaria muito bem traçado: a juventude classe média branca, os verdadeiros orientadores da nação, portanto, do progresso.

Alguns presos políticos foram submetidos ao teste de personalidade de Rorschach – embora o general afirme que todos se submeteram de forma voluntária –, aplicados por oficial com curso de especialização no Centro de Estudos de Pessoal do Exército. Os resultados: dificuldade de relacionamento, ou escasso interesse humano e social, ou ainda de difícil comunicação social; eram sujeitos difíceis, imaturos, inseguros e instáveis. Segundo o general, os resultados foram examinados por psicólogos civis que desconheciam a razão pela qual os testes haviam sido aplicados. Eis o perfil, ou pelo menos os traços de personalidade do subversivo em questão e do subversivo em potencial. São esses fatores, de ordem psicológica e emocional, os condicionantes para a revolta contra a sociedade e o meio em que vivem.

Segundo o general, os testes e as entrevistas puderam evidenciar a fragilidade emocional, a promiscuidade dos subversivos, mas também que existia, no fundo, o desejo de constituir família e contribuir para o progresso do país por meio do trabalho digno. Deseja-se ser normal, mas algo corrompe e degrada: a subversão e o comunismo. Com muita segurança daquilo que fala e querendo demonstrar compaixão, o general fará um apelo: “Acreditamos que a primeira condição para o sucesso de qualquer atuação nesse sentido seja: – amar ao jovem” (MURICY, 1971).

Ainda em 1970, uma terceira pesquisa será realizada (essa pesquisa é também apresentada pelo General Muricy na conferência realizada no Palácio da Cultura aos professores cariocas, e publicada nessa mesma edição de 12/11/1971 do jornal O Globo), mas somente no Rio de Janeiro: um questionário de cinco páginas datilografadas é aplicado, com perguntas dissertativas que visam saber não diretamente sobre o ato subversivo, mas tudo aquilo que, de uma maneira ou de outra, implica-se à subversão: pergunta-se sobre a infância, adolescência, relacionamento familiar, idade, sexo, grau de instrução, escolha profissional, como se envolveu na política, quantos namorados tivera, as experiências homossexuais na infância e adolescência, se faz ou já fez uso de drogas e quais, o que pensa em fazer após a liberação. Os que se negam a responder o questionário são levados novamente para o Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI/RJ), como forma de intimidação, ou são torturados.

Na segunda parte dessa pesquisa será aplicada uma bateria de testes de aptidão, interesses e nível mental (Raven), e também de personalidade (Rosenzweig e Rorschach). Ao todo, 44

examinados. O resultado apontará claramente para as suspeitas; a causa está posta, analisada, esclarecida: trata-se de problemas de ordem psicopatológica. Entre os recuperáveis e os irrecuperáveis, o que está em jogo é a estruturação da personalidade que, por não estar totalmente consolidada, torna possível a efetivação do trabalho psi. Mas o cinismo dessa vontade de saber é também a de poder, através de um discurso sub-reptício, estar ao mesmo tempo presente e ausente na produção do subversivo enquanto doente do qual ela será capaz de diagnosticar, entender as causas e prescrever o tratamento. Ao final, esse corpo tornado subversivo por consequência de uma série de falhas, negligências e complexos que dizem dele enquanto elemento perigoso, anormal, desajustado, será objeto de uma vontade de saber que determinará as condições e os procedimentos de tratamento, as regras de conduta, e que deverá ser vigiado pela família, monitorado pela escola e pelo Estado.

É assim que o triângulo Deus, Pátria, Família – que também pode ser lido como Religião, Pátria, Família –, encontra como seu correspondente três estratégias de saber-poder: a confissão, o racismo, e a sexualidade. Essa correspondência entre religião e confissão, pátria e racismo, família e sexualidade, funcionará como suporte ou matriz para a emergência de um determinado modo de subjetivação durante o regime militar que se conectará ao capitalismo. Mas é preciso fazer uma ressalva: a confissão está submetida não ao poder pastoral e sim ao saber científico. O capitalismo é sem dúvida a nova religião, mas os procedimentos de incitação à confissão estão submetidos aos saberes médico e psi.

E será essa junção específica que a família, a escola e o Estado estarão encarregados de operar, ao ponto de o general tornar explícita a ligação existente com o progresso econômico. Os resultados da Revolução vitoriosa de 31 de março de 1964, diz ele, começam a ser colhidos: “A melhoria das condições econômicas, o melhor equacionamento dos problemas sociais, a certeza que todos nós possuímos de que estamos no caminho certo, tem permitido fazer a abertura de novos horizontes e nos obriga a tudo fazer por nossa terra e pelo homem brasileiro” (MURICY, 1971).

Se foi possível falar tanto no aliciamento dos jovens pelos terroristas subversivos, é porque o regime militar não parou um instante sequer de fazer exatamente isso, de uma maneira já dita e repetida várias vezes: não pela repressão, pela censura – embora elas estivessem presentes no cotidiano da época –, mas pela incidência dos saberes médico e psi sobre os corpos e sobre a população brasileira, na articulação com o regime militar e seus Centros de Informações e Contrainformações, e é inegável que a confissão, a sexualidade e o racismo se colocam como unidades estratégicas desse dispositivo que vamos chamar de dispositivo biomilitar, e que não se confunde, por seu turno, com o exercício da violência militar.

Cúmplices

Em 1971, no auge da violência propalada pelos órgãos do governo, vemos surgir uma relação muito forte entre a psicologia e a psicanálise. Nesse mesmo ano será fundada a Sociedade de Psicologia Clínica (SPC), constituída à imagem e semelhança das instituições psicanalíticas oficiais, mas sendo de formação exclusiva para psicólogos; é o momento em que a psicologia passa a ser, em grande medida, tutelada pela psicanálise. Nesse contexto, estar a ela vinculado era dar credibilidade ao próprio trabalho como psicoterapeuta, além de poder gozar, como psicólogo, do prestígio social tal como a psicanálise gozava. Essa influência é tão forte que em 1990 a SPC se tornará Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, passando a aceitar não só psicólogos. É nesse mesmo momento que surgirá, também em 1971, a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA).

Ao contrário do que se possa imaginar, a psicanálise não vai estar restrita ao consultório, disponível à classe média alta e ao governo militar. Atento ao prestígio que ela passa a exercer nesse momento da história, o psicanalista Sérvulo Figueira escreverá sobre essa influência em um texto de 1988 intitulado *Psicanalistas e pacientes na cultura psicanalítica*, e é interessante que o autor cite diversos trabalhos que tiveram como problemática de investigação, poucos anos antes, na passagem da década de 1970 para a década de 1980, a tentativa de desvendar a influência que a psicanalítica passou a ter socialmente, em especial nos anos de chumbo da ditadura e do milagre econômico, ao ponto de se poder falar em uma cultura psicanalítica.

Segundo Figueira (1988), no caso do Brasil, embora naquele momento não houvesse uma forte consolidação como instituição de renome e reconhecimento internacional, em termos de difusão cultural, a psicanálise já fazia parte da vida cotidiana, penetrava e era incorporada de tal maneira à vida social que o discurso psicanalítico era encontrado nos meios de comunicação, em anúncios, nas entrevistas dadas por artistas e atores, nos textos de capas de discos, nas novelas, nas brigas entre pais e filhos, separação de casais e, curiosamente, não era incomum que no curriculum vitae as pessoas mencionassem estar em análise com um psicanalista – para dar ainda mais credibilidade, por vezes o nome do analista era mencionado.

Essa situação chamou a atenção do psicanalista de tal maneira que ele chegou a dizer que, aqui no Brasil, explicitar a vinculação com a psicanálise, fosse na circunstância que fosse, conferiria certo status social. E para além disso, era como se houvesse um desejo de confessar os mais íntimos desejos e de interpretar o inconsciente alheio.

O problema da cultura psicanalítica toca um ponto bem específico e que aparece de forma explícita: a psicanálise como saber que se difunde na vida cotidiana, e que só pode se difundir pelo desejo de confissão. Confissão e psicanálise celebram, portanto, um interessante pacto no período ditatorial – interessante, porém não novo. Para explicar esse desejo de confissão, Figueira vai fazer um estudo comparativo da situação da Inglaterra, pondo-a em contraste com o Brasil. Um dos traços distintos que o psicanalista destaca é o fato de que lá, ser paciente seria algo visto como altamente estigmatizante e fonte de angústia pelo temor de se ter a privacidade violada, tendendo, portanto, a manter a análise em segredo; não é algo que conferia status social, como aqui. Por isso, esse desejo de confissão, ao ponto de se ter a necessidade de explicitar a relação com a psicanálise, não se colocaria como uma realidade, tal como se colocava no Brasil, sendo possível, aqui, falar em uma cultura psicanalítica.

Mas essa distinção entre um país e outro, entre uma cultura e outra, daria conta propriamente de explicar esse desejo de confissão tão presente no cotidiano brasileiro durante o período militar? Se há um desejo de confissão, em que a psicanálise vai dar sustentação como saber difuso, é porque essa seria uma característica da cultura brasileira, lugar em que a psicanálise encontrou terreno profícuo? Nos parece, para além dos traços distintivos de cada cultura, que esse desejo de confissão foi incitado e produzido, e de uma forma muito específica, de tal modo que explicitar o vínculo, confessar a relação com a psicanálise, era tornar visível e dizível, a quem quer que fosse, a verdade existente sobre o sujeito que com esse saber mantinha-se vinculado. A psicanálise será o salvo conduto do sujeito a ela vinculado; tornar-se-á garantia e legitimação de um determinado modo de vida, um modo de vida não subversivo, ordeiro e comprometido com o progresso e o bem-estar social.

A manchete estampada na primeira página do Caderno B do Jornal do Brasil, em 23 de outubro de 1985, diz: “A psicanálise foi tão autoritária quanto o regime”. Era a declaração do presidente do 10º Congresso de Psicanálise, organizado pela Associação Brasileira de Psicanálise, Dr. Paulo Roberto Sauberman. Na entrevista concedida à jornalista Mara Caballero, Sauberman rompe o silêncio em relação ao tema que até então era tabu para as sociedades psicanalíticas: a relação entre a psicanálise e a ditadura militar. “As sociedades psicanalíticas brasileiras, nos últimos 20 anos foram tão autoritárias quanto o regime sob o qual vivíamos” (SAUBERMAN, 1985). A questão toca o ponto da cumplicidade que se estabeleceu,

mesmo no silêncio mais sepulcral, ao nível das posições autoritárias e conservadoras que os psicanalistas adotavam, inclusive entre si.

Enquanto instituição, afirma Sauberman, a psicanálise se fechou em si mesma, oclusa ao diálogo com a sociedade e aos problemas de seu tempo. Os psicanalistas eram tão autoritários que não sofreram nenhuma restrição nesse período, diferentemente dos psicanalistas argentinos, que foram presos e torturados; muitos tiveram que fugir do país. A ditadura militar nunca foi um problema em que a psicanálise devesse se meter, e de igual modo, as instituições psicanalíticas nunca foram um problema em que a ditadura precisasse intervir. Havia uma harmoniosa sintonia entre o regime e o funcionamento institucional, uma cumplicidade de suas posições autoritárias e conservadoras em relação à sociedade. Em uma entrevista, o psicanalista Chaim Katz (1980: 213) revelará algo pouco dito a respeito das instituições ligadas à IPA naquele momento histórico: “Um psicanalista que para ser aceito numa das sociedades ligadas à IPA (International Psychoanalytical Association) deve responder se foi militante na época de estudante, ou se teve experiências com drogas ou atividades homossexuais: só pode entrar se responder que não”.

Mas essa cumplicidade não se definia somente pelas posições autoritárias e conservadoras, nem mesmo por ter tido membros participando diretamente das torturas, da linguagem própria da psicanálise aparecer nos resultados das pesquisas sobre o perfil psicológico dos jovens e presos políticos, mas por ter, também, perseguido e expulsado quem ousou denunciar a atuação nos porões da ditadura, como foi o caso da psicanalista Helena Vianna, e pelo silêncio, pela falsa justificativa, ou cômoda, de que não se podia, como campo científico, imiscuir-se em assuntos políticos, como foi o caso do psicanalista Hélio Pellegrino que, em 1969, ao ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional e preso, enviará uma carta à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), com o pedido – que será negado pela instituição – para que seus pacientes fossem avisados de sua prisão, a fim de evitar um quadro ansiogênico devido a sua ausência inesperada.

Quatro dias depois da entrevista com Sauberman, será a vez de cinco psicanalistas, de orientações diferentes, aparecerem no jornal. A matéria foi publicada no Caderno B, páginas 04 e 05, em 27 de outubro de 1985, “O país e seus problemas: prato para os analistas”, e realizada pelos jornalistas Zuenir Ventura, Roberto Benevides, André Ervilha e Roberto Mello. Os psicanalistas entrevistados foram: Betty e Octávio de Souza, lacanianos; Waldemar Zusman

e Sérvulo Figueira, kleinianos; Marcos Gebara, junguiano. Retomando a entrevista do dia 23 de outubro e a afirmação de que a psicanálise brasileira teria sido tão autoritária nos últimos anos quanto o regime militar, os jornalistas perguntam aos entrevistados: “Teria outra razão ou explicação para a psicanálise nesses 20 anos de ditadura ter se isolado tanto, enquanto todo segmento da sociedade procurava de uma maneira ou de outra uma participação política, não de militância, mas uma participação de defesa?” (VENTURA et alii, 1985).

A declaração de Zusman, à época representante da IPA para a América Latina, um tanto desconexa da realidade fatídica à qual a psicanálise se encontrava no período da ditadura, chama a atenção. Em uma resposta ampla ao problema colocado pelos entrevistadores, ele dirá: “Quando o regime inicia o seu caminho pelo autoritarismo, os psicanalistas se tornam perseguidos, os consultórios fechados, e eles são banidos do território”. Nesse caso, poderíamos crer que no Brasil não houve ditadura militar, já que em relação aos consultórios eles não foram fechados, nem mesmo as instituições ligadas à IPA sofreram com as perseguições, a violência e a repressão.

Sobre a participação direta da psicanálise em casos de tortura, teve apenas um caso, diz Zusman, e isolado, longe de ser a regra geral. Na verdade, teria sido a exceção à regra, nada que pudesse estar ligado às instituições. Os entrevistados não se sentem confortáveis com as perguntas. As respostas que vão sendo dadas, tanto as anteriores quanto na sequência da de Zusman, são um tanto escapistas. Percebendo as evasivas, a pergunta é recolocada, em um tom mais direto: “A psicanálise gerou ou não gerou reflexões sobre o período de medo, de repressão como instrumento de saber?” (VENTURA et alii, 1985). Quem responde é Octávio: imagine, diz ele, que uma pessoa é acusada injustamente, perseguida por policiais, seus familiares perseguidos, que não consegue viver em decorrência disso. O que o psicanalista pode fazer em relação a isso? “Ele não pode fazer nada. O que pode dizer de muito brilhante sobre uma situação onde o valor humano foi totalmente abandonado?” (VENTURA et alii, 1985).

A última fala, a título de encerramento da entrevista, é de Sérvulo Figueira. Ele dirá o seguinte: o que se pode dizer da instituição psicanalítica é que, nos últimos 20 anos, especialmente a partir de 1968 e 1970, ela vicejou. Enquanto as organizações de esquerda estavam sendo fechadas, a psicanálise estava crescendo, uma coincidência funesta.

É muito curioso que ao longo da história o esquizo tenha sido acusado de vivenciar uma cisão (Spaltung), seja da imagem do corpo, seja da realidade, enquanto o neurótico, bem ou mal, conseguiria manter uma considerável integração. Vemos bem, quando esse real nos cobra com o peso dos acontecimentos históricos, quando ele nos exige, nos demanda, de que lado está a cisão; e ela é tão significativa que a psicanalista Helena Vianna (1994: 33) irá assinalar a falta

de trabalhos ou referências sobre os acontecimentos políticos durante o período da ditadura. “No Brasil, por exemplo, durante a década de sessenta, os trabalhos psicanalíticos não apresentam nenhuma análise ou referência aos acontecimentos políticos que, de forma ainda velada e embrionária, se refletiam na instituição psicanalítica”.

Mas é evidente, no fim das contas, que não estamos tratando de nenhuma cisão; a questão, isso sim, refere-se antes ao modo como a psicanálise, sobretudo as instituições psicanalíticas, era investida e investia um modo de desejar próprio da ditadura militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa deste artigo, ao apresentar a hipótese não repressiva referente ao período ditatorial, teve por objetivo não só problematizar as limitações das análises que dão ênfase ao caráter repressivo do poder, mas evidenciar que o que se passou, para além da coerção, diz respeito, também, a um conjunto de saberes e práticas e ao modo como esses saberes e práticas se articularam para fazer emergir um determinado modo de subjetivação nacionalista, ao passo que, por outro lado, fez emergir o seu oposto, o inimigo da nação (o subversivo, o comunista, e todos os seus fantasmas). Destacamos como o poder, passando para o interior dos corpos, só pôde ser distribuído pelo campo social articulando-se especialmente aos saberes médico e psi. Se por um lado vivenciou-se e muito a censura, o fazer calar, por outro, um desejo de confissão não parou de ser incitado – fazer falar – a ponto de se poder afirmar que no período ditatorial havia uma cultura que desejava a confissão, e isso quase que como constituinte da subjetividade brasileira, num momento de intensa repressão.

Se deslocamos o poder do seu caráter negativo e jurídico-representativo, deslocamos também essa mesma concepção das figuras já carimbada dos militares. E a intenção, longe de desresponsabilizar quem quer que seja, foi a de mostrar como os saberes médico e psi deram sustentação e foram protagonistas durante os mais de vinte anos de ditadura. Não seria possível, se estamos falando em produção de subjetividade, que o regime se sustentasse sem a relação necessária com esses saberes. Além do mais, entendendo o caráter produtivo do poder, produtivo de modos de vida, conseguimos visualizar a sua relação com o que ficou conhecido como Milagre Econômico, isto é, o progresso econômico da nação, especialmente a partir da década de 1970. Além do mais, pudemos ver também como o funcionamento disso que chamamos dispositivo biomilitar fez funcionar no seu interior, articulando-se a eles, outros dois dispositivos: raça e sexualidade. Se um dos muitos slogans desse período foi Deus, Pátria,

Família, veremos os seus três correspondentes funcionando no interior dessa diagramação política e social: a confissão (desejo de confissão), a classe média branca (preparada para conduzir a nação), a família tradicional brasileira. Tudo que ameaçasse a estruturação dessa conjuntura, precisaria, de um modo ou de outro, ser combatida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014.

CARRANO, Austregésilo. **O canto dos malditos**. Ed. rev. e alterada pelo autor. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

CASTRO, Adyr Fiúza. Depoimento de Adyr Fiúza de Castro. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiões da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2. vol. 4. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

KATZ, Chaim Samuel. Chaim Samuel Katz. In: PEREIRA, Carlos Alberto. M.; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LE MOS, Adail Ivan de. **Desafia o nosso peito: resistência, tortura e morte durante o regime militar brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

MURICI, Antônio Carlos da Silva. Murici aponta aliciamento de jovens para o terror. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19-20 de jul. de 1970. Caderno 1: 5. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19700720&printsec=frontpage&hl=en>>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

MURICI, Antônio Carlos da Silva. Muricy: recuperar jovens que se desviaram é a grande tarefa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de nov. de 1971. p. 10. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019711112>>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

PINHEIRO, Enio dos Santos. Depoimento de Enio dos Santos Pinheiro. In: D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SAUBERMAN, Paulo Roberto. A psicanálise foi tão autoritária quanto o regime. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 de out. de 1985. Caderno B: 31. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19851023&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 10 de jan. nov. de 2023.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade Sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser, 2016.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **B. Rompendo o Silêncio**. Brasília: Editerra, 1987.

VENTURA, Zuenir; BENEVIDES, Roberto; ERVILHA, André; MELLO, Roberto. Em questão a psicanálise. O país e seus problemas: prato para os analistas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de out. de 1985. Caderno B. p. 04-05. <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19851027&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

VIANNA, Helena Besserman. **Não conte a ninguém...: Contribuições ao histórico das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

Lucas Donhauser
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Email: lucasdonhauser.psi@gmail.com

Danichi Hausen Mizoguchi
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Email: danichihm@hotmail.com